



22 DE MARÇO DE 2018

Quinta-feira

- ICEI - ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL
- EMPRESÁRIO INDUSTRIAL CONTINUA CONFIANTE COM ECONOMIA E NEGÓCIOS, DIZ CNI
- ADVOGADOS RECOMENDAM QUE EMPRESAS NÃO RECOLHAM CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
- TEMER CONSEGUIU FAZER ALTERAÇÃO EM MAIS DE CEM PONTOS DA CLT, DIZ PADILHA
- MEIRELLES: BRASIL CRIOU AS BASES PARA CRESCER EM MÉDIA 3,5% A 4% POR ANOS
- A ENGENHEIRA QUE COMANDA A FÁBRICA DA AMBEV NA REGIÃO DE CURITIBA
- CONSUMIDORES ESPERAM INFLAÇÃO DE 5,3% EM 12 MESES A PARTIR DE MARÇO, APONTA FGV
- EM 12 MESES, DESEMBOLSOS DO BNDES CRESCEM APENAS 2%
- BANCOS SEGUEM SELIC E ANUNCIAM NOVO CORTE DE JUROS EM LINHAS DE CRÉDITO
- No 12º CORTE SEGUIDO, BC BAIXA JURO PARA 6,5% AO ANO, NOVO PISO HISTÓRICO
- COM SELIC A 6,5%, POUPANÇA BATE MAIORIA DOS FUNDOS
- RECUO NO PIB EM JANEIRO NÃO INTERROMPE TRAJETÓRIA DE RECUPERAÇÃO, DIZ FGV
- TEMER VAI DAR AVAL A EMPRÉSTIMO COM GARANTIA ILEGAL
- JUROS BAIXOS SÃO DECISIVOS PARA ELEVAR O CONSUMO E OS INVESTIMENTOS, AVALIA CNI
- CÂMARA APROVA URGÊNCIA PARA A PROJETO DA REONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

- COPOM SINALIZA QUE UM NOVO CORTE DE JUROS NA PRÓXIMA REUNIÃO É 'APROPRIADO'
- TEMER COMEMORA COPOM E DIZ: 'MINHA POLÍTICA ECONÔMICA ESTÁ FAZENDO HISTÓRIA'
- TAXA EXTRA NA CONTA DE LUZ NÃO REDUZ CONSUMO
- CNI ALERTA PARA PESO DE TRIBUTOS E ENCARGOS NO SETOR ELÉTRICO
- CONFLITO FAMILIAR LEVA A AÇÃO QUE PEDE VENDA DAS EMPRESAS DO GRUPO VICUNHA
- TEMER: CASA BRANCA DIZ QUE NOVAS TARIFAS NÃO SE APLICARÃO DURANTE CONVERSAS
- PADILHA CONFIRMA QUE TARIFAS PARA AÇO ESTÃO SUSPENSAS DURANTE NEGOCIAÇÃO
- FALA DE TEMER SOBRE O AÇO NÃO TEM BASE OFICIAL
- MDIC: GESTO DOS EUA É SINAL POSITIVO PARA EVITAR SOBRETAXA DO AÇO
- CNI COMEMORA NOTÍCIA DE QUE BRASIL PODERÁ FICAR FORA DA SOBRETAXA DO AÇO
- ESTUDO INDICA QUE MEDIDA LEVARIA BRASIL A PERDER US\$ 1,3 BI POR ANO EM EXPORTAÇÕES
- EMPRESAS DOS EUA PEDEM ISENÇÃO AO BRASIL
- INDÚSTRIA CONSIDERA UM "ALÍVIO" SUSPENSÃO DE SOBRETAXA DO AÇO PELOS EUA
- TESLA NEGOCIA COM GRUPO ISRAELENSE DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL CORTICA
- MERITOR ENTRA PARA O MERCADO DE OFICINA AUTORIZADA NO BRASIL
- VOLKSWAGEN LANÇA MOTOR GASOLINA MAIS ECONÔMICO QUE DIESEL

CÂMBIO		
EM 22/03/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,302	3,302
Euro	4,064	4,066

Fonte: BACEN

ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial

22/03/2018 – Fonte: CNI

Confiança permanece elevada

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) de março ficou em 59,0 pontos, praticamente estável na comparação com o mês anterior (crescimento de 0,2 ponto).

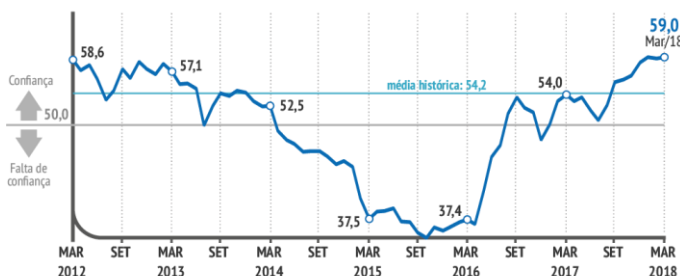
O ICEI de março de 2018 é 5,0 pontos superior ao registrado em março de 2017 e 4,8 pontos superior à média histórica do índice.

Março/2018

Série histórica

Índice (0 a 100 pontos)*

*Valores abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança do empresário. Quanto mais acima de 50 pontos, maior e mais disseminada é a confiança.



Empresário industrial continua confiante com economia e negócios, diz CNI

22/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O empresário industrial continua confiante na economia e nos negócios, segundo o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), divulgado nesta quarta-feira, 21, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O indicador permaneceu praticamente estável em março, na comparação com fevereiro, com leve alta de 58,8 pontos para 59 pontos, mostrando, segundo a CNI, que “o empresário segue com a confiança elevada, avalia positivamente as condições correntes de seus negócios e permanece com expectativas positivas para os próximos seis meses”.

Esse índice é o mesmo verificado em janeiro, quando a confiança chegou ao maior patamar em quase sete anos. Os indicadores da pesquisa variam de zero a 100 pontos e índices acima de 50 pontos demonstram confiança dos empresários.

Apesar de o ICEI permanecer praticamente inalterado em março, a CNI destaca que a sua estabilidade ocorre em um patamar acima da média histórica do indicador. O ICEI de março de 2018 é 5,0 pontos superior ao registrado em março de 2017 e 4,8 pontos superior à média histórica do índice.

O economista da CNI Marcelo Azevedo ainda ressalta que houve um aumento da confiança em diversos setores. “Observamos alta na confiança industrial em 13 dos 32 setores pesquisados”, afirma.

Com relação aos dois componentes do ICEI, eles ficaram praticamente inalterados de fevereiro para março. O Índice de Condições Atuais teve alta de 0,3 ponto, atingindo 53,5 pontos. Já o Índice de Expectativas aumento 0,1 ponto, para 61,7 pontos.

Por segmento, a confiança é maior em grandes empresas, que se manteve em 60,4 pontos. Mas, o índice entre as empresas de pequeno porte cresceu 0,7 ponto, passando de 55,9 para 56,6 pontos. As médias empresas tiveram leve crescimento, de 0,1 ponto, alcançando 58,4 pontos.

A pesquisa da CNI foi feita entre os dias 1º e 13 de março, com 2.824 empresas.

Advogados recomendam que empresas não recolham contribuição sindical

22/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Recolhimento compulsório da contribuição é só para filiados a sindicato, diz especialista



Protesto das centrais sindicais contra a reforma trabalhista, em 2017 - Joel Silva - 10.nov.2017/Folhapress

A reforma trabalhista acabou com a obrigatoriedade da contribuição sindical dos empregados, mas empresas estão em dúvida sobre o que fazer depois que sindicatos passaram a fazer assembleias sobre esse tema.

Entidades de categorias como a dos bancários decidiram seguir com a imposição — não por lei, mas por decisão do próprio órgão. Elas enviaram ofícios aos empregadores em que pedem o recolhimento dos valores correspondentes.

Advogados têm recomendado às empresas não pagar a contribuição sindical dos empregados caso eles não tenham se manifestado.

As companhias perguntam se essas assembleias se sobrepõem à vontade individual de não contribuir, segundo Caroline Marchi, sócia do escritório Machado Meyer.

“Tenho respondido que não. No passado, havia outras taxas não obrigatórias, como as assistenciais. O STF decidiu que é ilegal descontar de não sindicalizados.”

Se aplicada a mesma lógica, o recolhimento compulsório da contribuição sindical é só para filiados ao sindicato. É o que recomenda Silvia Pellegrini Ribeiro, do Azevedo Sette.

“Empresas estão em situação delicada. É bom explicar a discussão aos empregados.” Além das assembleias dos sindicatos, há questionamentos na Justiça sobre a constitucionalidade da nova regra.

“Recomendamos que não se recolha, mas também sugerimos acrescentar uma carta da vontade do empregado, caso haja mudança no futuro”, afirma Leonardo Bertanha, do TozziniFreire.

Temer conseguiu fazer alteração em mais de cem pontos da CLT, diz Padilha

22/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse nesta quarta-feira, 21, que o presidente Michel Temer conseguiu, “sem estardalhaço” modificar mais de 100 pontos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Padilha lembrou a aprovação da reforma trabalhista durante reunião do Conselho Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

“Durante 50 anos falou-se em mudanças na CLT e nunca se conseguiu. O presidente Temer, com negociação, sem estardalhaço, conseguiu fazer alteração em mais de 100 pontos da CLT”, afirmou.

Padilha disse ainda que a proposta de debate da reforma de PIS/Cofins está em “avançado estágio de debate”. Segundo ele, o governo apoiou e continua apoiando um amplo debate sobre licenciamento ambiental.

O ministro apresentou um balanço do que foi feito no conselho e disse que 65% das sugestões do órgão foram implementadas pelo governo, o que afirmou ser inédito. Padilha apresentou um leque amplo de “entregas” do governo envolvendo várias pastas, como Educação, Agricultura e Fazenda.

De acordo com o governo, as ações – que já vêm sendo lançadas pelas pastas sem menção ao CDES – foram pedidos do Conselho atendidos por Temer, incluindo desde programas de agricultura familiar, eSocial para grandes empresas, portal de serviços para o cidadão até a instalação de internet nas escolas.

Entre as ações, o ministro ressaltou o recorde de regularização fundiária e disse que o governo atual fez mais pela área do que governos passados. Outro destaque foi a criação de um Conselho Nacional de Desburocratização, com 23 comitês permanentes de desburocratização.

Depois de críticas ao governo Temer pela pouca presença feminina, em seu discurso Padilha citou a presença de umas das conselheiras, que compareceu à reunião com um bebê de colo.

Meirelles: Brasil criou as bases para crescer em média 3,5% a 4% por anos

22/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que é necessário manter as reformas estruturais na economia brasileira e que isso elevará as taxas de crescimento do País. Durante discurso na abertura da 49ª reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), Meirelles disse que o Brasil não só saiu da maior crise de sua história como criou as bases para crescer por anos. “Não ficaria surpreso se crescermos em média 3,5% a 4% nos próximos anos”, completou.

Meirelles citou dados de investimentos e consumo para mostrar tendência de crescimento da economia e lembrou que a política monetária do Banco Central tem um impacto importante na economia, responsável por fazer com que o País tenha a menor inflação desde 1998.

O ministro relembrou a previsão de crescimento de 3% em 2018 e disse que o Brasil vai entrar 2019 crescendo. Disse que o presidente Michel Temer lançou uma série de medidas que ainda surtirão efeito.

Meirelles afirmou que o Brasil foi elogiado na reunião de ministros da Fazenda e presidentes do Banco Central do G20, nesta semana em Buenos Aires, como um exemplo de país que está fazendo reformas e pela recuperação rápida de sua economia.

“Ouvi na reunião que o Brasil até dois anos atrás era fonte de preocupação, e hoje é fator de estabilidade”, completou. O ministro disse ainda que, na reunião, o presidente da Argentina, Mauricio Macri, cumprimentou o Brasil por ter saído rapidamente da crise, o que é muito importante para a economia do país vizinho

Protecionismo

Meirelles disse ainda que a adoção de medidas protecionistas pelos Estados Unidos, como a sobretaxa na importação de aço, abre uma oportunidade para que o Brasil intensifique conversas com outros países, como os da União Europeia e países da região do Oceano Pacífico.

A engenheira que comanda a fábrica da Ambev na região de Curitiba

22/03/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

A mineira Renata Van Der Weken já passou pela área de planejamento de investimentos, foi gerente de Meio Ambiente e hoje comanda a unidade da Grande Curitiba da empresa



A mineira Renata Van Der Weken saiu do mestrado na Bélgica diretamente para a Cervejaria do Vale, em Jacareí, no interior de São Paulo. Desde então, são 10 anos de Ambev e muitos desafios superados. Marcelo Andrade/Gazeta do Povo

Em janeiro deste ano, a engenheira civil Renata Van Der Weken desembarcou em Curitiba para assumir o maior desafio da sua vida profissional. Aos 39 anos, ela veio para comandar a fábrica da Ambev na região de Curitiba. É ali, na Refrigeranteira Curitiba, em Almirante Tamandaré, onde são produzidos os refrigerantes das marcas Pepsi e Guaraná, que integram o portfólio de produtos da Ambev. Para quem nunca tinha pisado os pés no Sul do país, ela diz que já se sente em casa.

Mineira de Juiz de Fora, Renata completa, neste ano, uma década de Ambev com uma carreira praticamente toda construída na área técnica, no setor de Meio Ambiente da companhia. Sua trajetória ascendente na cervejeira tem uma peculiaridade interessante: nunca nenhum gerente de Meio Ambiente da empresa tinha assumido o comando de uma planta diretamente, sem antes passar por outra área. Nem Renata esperava por isso, pelo menos não tão cedo.

Depois de quase cinco anos em Uberlândia, em Minas Gerais, como gerente de Meio Ambiente da unidade, Renata sabia que o seu ciclo lá estava chegando ao fim. Ela pensou que assumiria outra área em uma planta maior, com desafios maiores do que estava entregando. Esperava uma posição intermediária, mas no final de 2017 veio o convite para assumir toda a refrigeranteira da região de Curitiba.

Temos um processo de avaliação constante na Ambev que analisa as oportunidades com base em nossas fortalezas. Já há algum tempo, nos meus feedbacks, eles me diziam que eu tinha capacidade de assumir uma planta inteira, mas eu não esperava que fosse já”, conta ela. “Deu um frio na barriga, mas fiquei orgulhosa pela confiança que a companhia depositou em mim.

A trajetória de Renata na Ambev começou no exterior, quando ela fazia mestrado em Saneamento Ambiental na Ghent University, na cidade de Gent, na Bélgica, distante cerca de 100 quilômetros de Leuven, onde ficava a sede da InBev, companhia resultado da fusão da brasileira Ambev com a belga Interbrew, em 2004. Renata teve sua dissertação premiada e foi chamada pela empresa para um “dia dos engenheiros na sede global”. De lá, foi convidada para uma vaga na Cervejaria do Vale, em Jacareí, no interior de São Paulo. “Eu era staff do gerente de Meio Ambiente”.

Com 10 meses de casa, atuando na área de tratamento de água, efluentes e resíduos da unidade, ela recebeu a sua primeira promoção, para trabalhar em um centro de excelência em engenharia da Ambev, também em Jacareí. Virou especialista em Meio Ambiente e participou da implantação desta área em três novas cervejarias: Itapissuma (PE) Sete Lagoas (MG) e Uberlândia (MG).

Estreia na liderança

“Meu último grande projeto antes de vir para Curitiba foi o da cervejaria de Uberlândia, um divisor de águas na minha carreira”, conta Renata, que participou de toda a implantação do sistema de gestão ambiental da unidade. Como gerente de Meio Ambiente, ela formou seu próprio time e estreou na gestão de uma equipe própria. “Trabalhei muito na formação da equipe para deixar um time forte, sólido. Foi bem desafiador porque a minha formação era totalmente técnica”.

Os treinamentos da Universidade Ambev ajudaram a potencializar um perfil que a engenheira já tinha. Apesar da formação técnica, ela sempre gostou muito de gente e tinha perfil para a liderança: era comunicativa e, principalmente, boa ouvinte, algo imprescindível para um bom gestor. E os resultados vieram rapidamente.

“Em quatro anos, fomos eleitos [a unidade de Uberlândia] duas vezes seguidas a melhor área de MA em um programa de excelência fabril da companhia”. O programa a que Renata se refere é um reconhecimento interno que considera todas as operações 56 cervejarias de 14 países da América Latina.



Marcelo Andrade/Gazeta do Povo

A liderança da refrigeranteira tirou a engenheira da sua zona de conforto. Em Uberlândia, ela comandava 15 pessoas. Na planta de Almirante Tamandaré a engenheira comanda uma equipe de 180 pessoas, sendo 30 líderes que se reportam diretamente a ela. Além do desafio de ter uma equipe maior, o produto também é outro. Lá, era cerveja. Aqui são três linhas de produção de refrigerantes das marcas Pepsi e Guaraná, além das respectivas variações, como o Guaraná Black e Sukita, por exemplo.

Minha rotina é conhecer as pessoas dos três turnos, cada operador, supervisor, técnico. Meu papel diário é entender os anseios deles, para fechar os gaps de conhecimento e manter um ambiente de trabalho seguro e desafiador

Em um meio predominantemente masculino como o universo cervejeiro e fabril, Renata diz que nunca foi privilegiada ou prejudicada pelo fato de ser mulher.

“Fui mãe na Ambev. Sou mãe desde 2010. Voltei da licença maternidade e seis meses depois recebi uma promoção. Isso é bacana na Ambev, a gente cresce conforme vai entregando os resultados. É a sua entrega que determina a velocidade do seu crescimento”, diz.

Em 10 anos de casa, Renata passou pela área de planejamento de investimentos, foi gerente de Meio Ambiente na planta de Uberlândia, onde implantou todo o sistema de gestão ambiental da cervejaria, e hoje é a responsável pelo comando da unidade da Grande Curitiba.

Ela não tem dúvidas de que todos os programas de desenvolvimento e oportunidades que foram direcionadas a ela lhe deram corpo para esse novo desafio. “A gente vai sendo esticado para novas oportunidades”.

Consumidores esperam inflação de 5,3% em 12 meses a partir de março, aponta FGV

22/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

A mediana da inflação esperada pelos consumidores para os próximos 12 meses ficou em 5,3% em março ante 5,4% em fevereiro, informou nesta quinta-feira, 22, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que divulgou o Indicador de Expectativa de Inflação dos Consumidores.

Com o resultado, o indicador permaneceu no nível mais baixo desde setembro de 2007, quando estava em 5,2%. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve uma redução de 2,2 pontos percentuais.

“Seguindo a tendência prevista em meses anteriores, a expectativa de inflação dos consumidores para os próximos 12 meses mantém-se no nível de 5%. Como não se espera grandes flutuações no nível de preços, acredita-se que a expectativa de inflação dos consumidores se manterá nesse patamar nos próximos meses”, avaliou o economista Pedro Costa Ferreira, do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Na distribuição por faixas de inflação, 44,7% dos consumidores projetaram inflação dentro dos limites de tolerância da meta (de 3% a 6%) perseguida pelo Banco Central. Houve aumento de 4,3 pontos percentuais na proporção de consumidores indicando inflação abaixo do limite inferior de 3%. O intervalo mais citado pelos consumidores foi entre o piso de tolerância de 3% e a meta de 4,5%, mencionado por 28% dos entrevistados.

A expectativa de inflação ficou relativamente estável em todas as faixas de renda, exceto para as famílias que recebem até R\$ 2.100 mensais, que reduziram em 0,2 ponto percentual a inflação prevista, para 6,4%.

A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encerrou 2017 em 2,95%.

O Indicador de Expectativa de Inflação dos Consumidores é obtido com base em informações da Sondagem do Consumidor, que ouve mensalmente mais de 2,1 mil brasileiros em sete das principais capitais do País. Aproximadamente 75% dos entrevistados respondem aos quesitos relacionados às expectativas de inflação.

Em 12 meses, desembolsos do BNDES crescem apenas 2%

22/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O volume de recursos desembolsados pelo BNDES nos últimos 12 meses (março/2017 a fevereiro/2018) registrou alta de apenas 2% em relação aos 12 meses imediatamente anteriores (março/2016 a fevereiro/2017). Vale lembrar que de 2016 para cá os desembolsos do banco caíram para menos da metade.

No acumulado entre março de 2017 e fevereiro de 2018, o BNDES desembolsou R\$ 67,6 bilhões, dos quais R\$ 25,9 bilhões foram destinados a projetos de infraestrutura, valor 2% superior ao liberado para o setor nos 12 meses anteriores.

As aprovações, porém, cresceram 5% no primeiro bimestre, somando R\$ 9 bilhões, com o setor de infraestrutura capturando R\$ 4,2 bilhões. Esse resultado representa um aumento de 51% nas aprovações para o setor nos últimos 12 meses.

Outros R\$ 2,49 bilhões foram aprovados para o setor de comércio e serviços, R\$ 1,66 bilhão para a agropecuária e R\$ 681 milhões para a indústria. De acordo com o banco,

a trajetória de recuperação se mantém. Desde dezembro de 2017, a curva das aprovações ultrapassou a de desembolsos, o que indica uma tendência de crescimento futuro das liberações.

Bancos seguem Selic e anunciam novo corte de juros em linhas de crédito

22/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Itaú Unibanco anunciou nesta quarta-feira, 21, nova redução nas taxas de juros de suas linhas de crédito para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, repassando integralmente aos seus clientes o corte da taxa básica (Selic) anunciado hoje pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC). Essa é a décima vez consecutiva que o banco reduz as suas taxas, que passam a valer a partir do dia 26, informa o banco em nota.

“Vemos como positiva mais esta queda da taxa Selic, promovida pelo Copom. Positiva por estimular o crescimento econômico e, do ponto de vista do Itaú Unibanco, por permitir que reduzamos mais uma vez nossas taxas de empréstimo para nossos clientes”, destaca na nota o presidente do Itaú Unibanco, Candido Bracher.

O banco detalhe que para pessoas físicas haverá redução no cheque especial e a nova taxa mínima passa a ser 2,08% ao mês. O banco diz que para micro e pequenas empresas também serão alteradas as taxas no cheque especial e capital de giro, mas não especifica quanto.

“Nos últimos meses, o Itaú Unibanco repassou integralmente o corte da Selic para diversas linhas e as taxas de juros de diversos produtos tiveram queda. No crédito pessoal, por exemplo, no período de outubro de 2016 a fevereiro de 2018, houve redução da taxa média da modalidade em mais de 18 pontos percentuais ao ano, bastante superior à queda da Selic no mesmo período, que foi da ordem de 7,5 pontos percentuais ao ano”, diz a instituição.

Para veículos, o banco destaca que já vem reduzindo ao longo do ano a taxa de financiamento, convergindo com a queda da Selic. “No crédito imobiliário, o Itaú Unibanco também já fez diversos movimentos de redução das taxas de juros desde 2016, apesar de o produto ter uma dinâmica diferente de cobrança por ser de longo prazo e possuir a poupança como instrumento de funding.

Hoje, as taxas para SFH (Sistema Financeiro de Habitação) são de a partir de 9% e 9,5% para SFI (Sistema Financeiro Imobiliário), dependendo do perfil e relacionamento do cliente com o banco”, explica.

O Itaú informa que a composição das taxas cobradas aos consumidores leva em consideração diversos fatores além da taxa básica de juros, como garantias, prazos das operações, perfis de risco dos clientes e sua capacidade de pagamento.

Bradesco

O Bradesco informou que vai repassar o corte de 0,25 ponto porcentual da taxa Selic nas principais linhas de crédito de pessoa física e pessoa jurídica. O comitê decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa para 6,50% ao ano.

BB

O Banco do Brasil também anunciou nesta quarta nova redução das taxas de juros para pessoas físicas e jurídicas. Em nota, o banco destaca que esse é o décimo repasse consecutivo de juros no Banco do Brasil desde o ano passado, mais uma vez em linha com a decisão do Copom.

Segundo o banco, as novas taxas entram em vigor nas agências e demais canais de relacionamento do BB já a partir da próxima segunda-feira, 26.

Para pessoas físicas, a instituição destaca a linha de crédito parcelado no cartão de crédito, com redução de 0,20 ponto percentual ao mês. Já para pessoas jurídicas, a redução de juros acontece nas linhas de capital de giro, desconto de títulos e de cheques, antecipação de crédito ao lojista e conta garantida.

No 12º corte seguido, BC baixa juro para 6,5% ao ano, novo piso histórico

22/03/2018 – Fonte: G1

Taxa é a menor de toda a série histórica do Banco Central, que começou em 1986. Em nota, Copom sinalizou a possibilidade de novo corte na Selic na próxima reunião, em maio.

anco Central anunciou nesta quarta-feira (21) a redução da taxa básica de juros da economia brasileira de 6,75% ao ano para **6,5% ao ano**.

Foi o 12º corte consecutivo na Selic. A taxa de 6,5% ao ano é a menor desde a adoção do regime de metas para a inflação, em 1999, e também de toda a série histórica do BC, iniciada em 1986.

A decisão confirma a previsão da maior parte dos economistas do mercado, colhida pelo próprio BC na semana passada. Ela também afeta o rendimento das cadernetas de poupança. *(Leia mais abaixo)*

Em comunicado, o Copom sinalizou que pode fazer uma nova redução moderada da taxa básica de juros na próxima reunião, em 16 de maio. O novo corte viria para garantir que seja alcançada, ao final do ano, a meta de inflação de 4,5%.

A possibilidade de novo corte contraria a expectativa dos analistas, que esperavam que a reunião desta quarta colocasse fim ao atual ciclo de redução da Selic, iniciado em 2016.

"A evolução do cenário básico tornou adequada a redução da taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual nesta reunião. Para a próxima reunião, o comitê vê, neste momento, como apropriada uma flexibilização monetária moderada adicional [novo corte na Selic]. O Comitê julga que este estímulo adicional mitiga o risco de postergação da convergência da inflação rumo às metas", informou o Copom na comunicado.

Por outro lado, o Copom informou que, se a economia evoluir como o previsto, não serão necessários cortes adicionais na Selic nas reuniões seguintes à de maio.

"Para reuniões além da próxima, salvo mudanças adicionais relevantes no cenário básico e no balanço de riscos para a inflação, o Comitê vê como adequada a interrupção do processo de flexibilização monetária, visando avaliar os próximos passos, tendo em vista o horizonte relevante naquele momento", diz o texto.

A taxa definida pelo BC influencia nos juros praticados pelos bancos. Entretanto, apesar de a Selic estar na mínima histórica, os juros bancários seguem elevados. Em janeiro (último dado disponível), as taxas do cheque especial e do cartão de crédito rotativo estavam acima de 300% ao ano.

Como as decisões são tomadas

A definição da taxa de juros pelo BC tem como foco o cumprimento da meta de inflação, fixada todos os anos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Para 2018, a meta central de inflação é de 4,5%. Para 2019, é de 4,25%. O sistema, porém, prevê uma margem de tolerância, para cima e para baixo. Isso significa que a

meta não seria descumprida pelo Banco Central caso a inflação neste ano ficasse entre 2,5% e 6,5%.

Normalmente, quando a inflação está alta, o BC eleva a Selic. A expectativa é que a subida da taxa também eleve os juros cobrados pelos bancos, ou seja, que o crédito fique mais caro e, com isso, freie o consumo, fazendo a inflação cair. Essa medida, porém, afeta a economia e gera desemprego.

Quando as estimativas para a inflação estão em linha com as metas predeterminadas pelo CMN, o BC reduz os juros. É o que está acontecendo neste momento. Para 2018 e 2019, o mercado estima um IPCA de 3,63% e de 4,20%, respectivamente.

Comparação com outros países

Com a redução de juros promovida pelo Copom nesta quarta, o Brasil caiu de quinto para sexto lugar no ranking mundial de juros reais (calculados com abatimento da inflação prevista para os próximos 12 meses), compilado pelo MoneYou e pela Infinity Asset Management.

Com os juros básicos em 6,5% ao ano, a taxa real do Brasil soma 2,54% ao ano, atrás da Turquia (5,95% ao ano), Argentina (4,56% ao ano), México (3,57% ao ano), Rússia (3,36% ao ano) e Índia (2,67% ao ano).

Rendimento da poupança

As decisões do Banco Central sobre a Selic também afetam o rendimento da poupança, que vai cair novamente a partir desta quarta-feira. A regra atual, em vigor desde maio de 2012, prevê corte nos rendimentos da poupança sempre que a Selic estiver abaixo de 8,5% ao ano.

Nessa situação, a correção anual das cadernetas fica limitada a um percentual equivalente a 70% da Selic, mais a Taxa Referencial, calculada pelo BC. A norma vale apenas para depósitos feitos a partir de 4 de maio de 2012.

Com a nova queda dos juros, desta vez para 6,50% ao ano, a correção da poupança passará a ser de 4,55% ao ano, mais Taxa Referencial.

Mesmo assim, segundo cálculos da Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), a poupança continuará sendo uma "excelente opção de investimento, principalmente sobre os fundos cujas taxas de administração sejam superiores a 1% ao ano".

Com Selic a 6,5%, poupança bate maioria dos fundos

22/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Veja simulações feitas pela Anefac com manutenção da taxa básica de juros



Poupança bate fundos de investimento com queda da Selic para 6,5% ao ano - Henrik Dolle/Fotolia

A queda da taxa básica de juros para 6,5% ao ano deixou a poupança mais atrativa que a maioria dos fundos de investimento de renda fixa, em especial aqueles com taxa de administração salgadas, de acordo com simulações feitas pela Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade).

Nesta quarta (21), o Copom (Comitê de Política Monetária) decidiu reduzir a Selic, em linha com a expectativa do mercado, em um cenário que considera a inflação sob controle e a atividade econômica ainda se recuperando no país.

A Anefac estima o rendimento mensal da poupança em 0,37% com a Selic a 6,5% ao ano.

Pelas contas da associação, fundos com taxa de até 0,5% ao ano têm rentabilidade maior que a da poupança, independentemente do prazo de resgate considerado. A caderneta empata com fundos com taxa de 1% ao ano em caso de resgate em até seis meses e perde se o prazo for superior a esse período.

A poupança empata também com fundos com taxa de administração de 1,5% se o resgate for feito entre um e dois anos, e perde se o dinheiro for sacado acima de dois anos.

Já fundos com taxas iguais ou superiores a 2% ao ano perdem para a caderneta independentemente do prazo considerado.

Recuo no PIB em janeiro não interrompe trajetória de recuperação, diz FGV

22/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro recuou 0,3% na passagem de dezembro de 2017 para janeiro de 2018, mas não interrompeu a trajetória de recuperação, segundo o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), que divulgou nesta quarta-feira, 21, os dados do Monitor do PIB.

“Os sinais continuam todos positivos. Não houve interrupção na trajetória de recuperação”, afirmou Claudio Considera, coordenador do Monitor do PIB. “Não é razoável revisar para baixo as estimativas para o PIB por causa desse resultado de janeiro. Essa série com ajuste sazonal (mês contra mês imediatamente anterior) é um eletrocardiograma. A série trimestral é mais estável”, lembrou.

Segundo o Monitor do PIB, a atividade econômica ainda apontou crescimento em janeiro em todas as demais comparações. Em relação a janeiro de 2017, a alta foi de 2,8%. O indicador antecipa a tendência do principal índice da economia a partir das mesmas fontes de dados e metodologia empregadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo cálculo oficial das Contas Nacionais.

No trimestre móvel encerrado em janeiro, o crescimento ficou em 0,9% ante o trimestre móvel terminado em outubro de 2017. O avanço foi disseminado entre os componentes do PIB pelo lado da oferta, exceto pelas atividades extrativas, serviços de informação e intermediação financeira. Pela ótica da demanda, a única queda ocorreu nas exportações.

Em relação ao mesmo período do ano passado, o PIB cresceu 2,2% no trimestre móvel encerrado em janeiro. Os destaques foram os desempenhos da agropecuária (8,2%), indústria de transformação (6,1%), comércio (4,6%) e transporte (2,9%). Os impostos também contribuíram positivamente no trimestre, com avanço de 3,3%.

O consumo das famílias apresentou crescimento de 2,7% no trimestre móvel terminado em janeiro, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) teve elevação de 4,4% no período, puxada pelo componente máquinas e equipamentos, que cresceu 15,5%, enquanto o componente construção apresentou retração de 1,6%. As exportações apresentaram crescimento de 1,9% no trimestre móvel até janeiro, e as importações subiram 7,6%.

“Não vejo razão para nenhum alarme. Vamos continuar, por enquanto, com esse crescimento em torno de 3% esperado para o ano”, completou Considera.

Em termos monetários, o PIB totalizou aproximadamente R\$ 546,9 bilhões em valores correntes em janeiro. A taxa de investimento, a preços constantes, foi de 17,7% em janeiro de 2018.

Temer vai dar aval a empréstimo com garantia ilegal

22/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente Michel Temer deve passar por cima da decisão do Conselho de Administração da Caixa e liberar a concessão de empréstimos a Estados e municípios sem o aval do Tesouro, apenas com garantias de receitas tributárias. Essas transações são consideradas mais arriscadas para as instituições financeiras e viraram alvo de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) após o 'Estado' revelar que o banco estatal estava aceitando garantias consideradas ilegais nessas operações.

Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, Temer vai blindar os bancos que concederem empréstimos com essas garantias. Com isso espera que, mesmo que o TCU considere ilegal o uso de receitas tributárias para a obtenção dos empréstimos, os bancos fiquem resguardados.

Na queda de braço sobre esses financiamentos entre a diretoria da Caixa, presidida por Gilberto Occhi, e o Conselho de Administração do banco, que tem como presidente a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, o Palácio do Planalto optou pelo apoio a Occhi. A decisão tem potencial para acentuar a crise entre a Caixa e o Ministério da Fazenda.

Em ano eleitoral, e com Temer disposto a disputar a reeleição, Planalto e governadores têm pressa para liberar esses empréstimos. Além da Caixa, o BNDES também recebeu a missão de garantir crédito barato para as administrações estaduais investirem em segurança pública.

A Advocacia-Geral da União já recebeu sinal do TCU de que o estoque de empréstimos já concedidos não será afetado, caso o tribunal mais tarde avalie que as garantias são ilegais. A ministra da AGU, Grace Mendonça, esteve ontem no TCU. O parecer apresentado pelo governo é sustentado por um relatório do Banco Central argumentando que não há risco nesses empréstimos, cuja inadimplência foi calculada em 0,1%.

Mesmo com a pressão política dos governadores e parlamentares, o Conselho de Administração da Caixa havia determinado a suspensão temporária à concessão dos empréstimos – muitos deles já prontos para a liberação.

Vinculação

A decisão de Temer vai vincular toda a administração pública. Ou seja, os demais bancos públicos poderão aceitar essas garantias, entre elas, receitas dos fundos de participação dos Estados (FPE) e dos municípios (FPM). A Constituição proíbe o uso dessas garantias e, por isso, o Ministério Público Federal pediu ao TCU a suspensão dos empréstimos. A cautelar ainda não foi apreciada pela Corte de contas, que pediu mais informações aos bancos e ao Banco Central.

O presidente do BC, Ilan Goldfajn, se reuniu nessa quarta-feira, 21, com o ministro do TCU, José Múcio, que analisa o pedido de cautelar. À saída do encontro, o presidente do BC disse que entregou o histórico das operações feitas com esse tipo de garantias. Ilan não quis dar detalhes. Mas, segundo apurou a reportagem, na reunião, Ilan destacou que essas operações são de menor risco e baixa inadimplência.

A área técnica do TCU está ouvindo os bancos antes de decidir sobre a cautelar. A avaliação até agora, segundo apurou o Estadão/Broadcast, é que não há subsídios para adotar a cautelar – uma medida restritiva – já que esse tipo de financiamento com garantia de receita futura vem sendo feita há muito tempo. Um técnico do TCU explicou que, por preocupação, o tribunal ainda não decidiu se concederá a cautelar.

Por isso, a necessidade de ouvir os bancos envolvidos e o BC. A Caixa, principal banco que faz esse tipo de empréstimo, ainda não enviou a documentação e deve pedir mais tempo.

O banco quer protelar o envio dos dados porque aguarda o parecer de Temer. Grupos políticos aliados do presidente aguardam a liberação dos empréstimos que já estavam em andamento e são fundamentais para tocar empreendimentos dos governadores que buscam a reeleição.

Juros baixos são decisivos para elevar o consumo e os investimentos, avalia CNI

22/03/2018 – Fonte: Agência Brasil

A redução dos juros básicos da economia (Selic) para 6,5% ao ano foi uma decisão acertada e essencial para acelerar a recuperação da economia, avaliou hoje (21) a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em nota, a entidade comemorou a diminuição da taxa Selic para o menor nível da história.

Para a entidade, a inflação baixa e o ainda fraco desempenho da economia permitiram ao Banco Central promover um corte adicional na taxa Selic. “A redução das taxas de juros é crucial para estimular o consumo e os investimentos e garantir a recuperação da economia”, destacou o comunicado.

A CNI, no entanto, advertiu para a necessidade de continuidade das reformas estruturais que reequilibrem as contas do governo, para que os juros possam continuar baixos por longo tempo. “A manutenção dos juros baixos, o controle da inflação e o crescimento sustentado do país dependem, fundamentalmente, do equilíbrio das contas públicas”, acrescentou a nota.

Comércio

Para o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), o 12º corte seguido da Selic está relacionado à lentidão na recuperação da economia. Na avaliação da entidade, a demanda contida ajudou a manter os preços sob controle, afastando a ameaça de retorno da inflação e permitindo a continuidade do afrouxamento monetário pelo Banco Central.

“O espaço para uma nova queda na taxa de juros acontece porque a inflação segue controlada e as expectativas em relação ao seu futuro estão ancoradas em patamares abaixo da meta. Além disso, a recuperação econômica em curso se dá de uma forma muito lenta, afastando possibilidade de pressão inflacionária mais à frente”, destacou o SPC Brasil em comunicado.

Segundo o SPC Brasil, os juros devem se manter em níveis baixos pelo menos até o fim do ano, mas a entidade alertou para os riscos de que as taxas voltem a subir por causa de eventuais instabilidades políticas e da demora nas medidas de ajuste fiscal.

“Além da queda, a boa notícia é que as taxas de juros devem se manter em patamar baixo até pelo menos o final deste ano. É importante ponderar, no entanto, que o cenário político e a necessidade de ajustes fiscais atuam como risco a este cenário”, concluiu a nota.

Firjan

O Sistema Firjan também considerou acertada a redução da taxa de juros básica da economia. Em nota, a entidade de classe da indústria fluminense disse que o cenário atual é amplamente favorável à redução da taxa de juros brasileira.

“Por um lado, a inflação atual e a projetada para 2018 e 2019 estão abaixo do centro da meta perseguida pelo Banco Central. Além disso, as expectativas de mercado estão em queda há sete semanas consecutivas. Por outro lado, apesar do recente movimento de recuperação da atividade econômica, o crescimento do país também continua baixo”.

A nota diz ainda que “um crescimento mais robusto neste e nos próximos anos depende justamente da retomada dos investimentos, tanto em máquinas e equipamentos quanto aqueles relacionados à construção civil. E a taxa de juros é fator fundamental à recuperação destes setores. O grande desafio continua sendo retomar o crescimento, com inflação e juros baixos. Para isso, o Brasil não pode abandonar a agenda de reformas”.

Câmara aprova urgência para a projeto da reoneração da folha de pagamento

22/03/2018 – Fonte: G1

Na prática, com a decisão, proposta tramitará mais rapidamente. Projeto, ainda em negociação, altera o sistema de desoneração da folha para alguns setores da economia.

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (21), por 342 votos a 46, dar urgência ao projeto da reoneração.

Na prática, com a decisão, a proposta tramitará mais rapidamente e sem análise por uma comissão especial.

O projeto ainda está em negociação e altera o sistema de desoneração da folha de pagamentos concedido a alguns setores da economia.

Nesta terça (20), o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu o uso de parte das receitas obtidas com a reoneração em investimentos na segurança pública.

"A gente pode rapidamente avançar na Câmara e depois no Senado e aí, depois, o presidente, sim, tomaria a decisão de locação de recursos na área que entender e, pelo visto, será na área de segurança. Então, acho que esse é um caminho, uma ideia boa", declarou Rodrigo Maia.

O relator do projeto, o líder do PCdoB, Orlando Silva (PCdoB-SP), já disse publicamente ser contra o uso dos recursos na intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. "A intervenção no Rio tem um mês. Há uma preocupação e uma urgência para definir fontes de financiamento para a intervenção no Rio de Janeiro.

Nós não podemos apontar como fonte de financiamento algo que, no melhor cenário, após a sanção da lei terá resultados a partir de 90 dias. Eu imagino que não há prazo para a intervenção ficar aguardando o governo fazer caixa em 90 dias para financiar as atividades", afirmou o deputado.

Também nesta terça, o relator informou que, na opinião dele, não será possível votar o texto da forma como o governo enviou ao Congresso.

O parlamentar disse, por exemplo, que há entre 16 e 18 setores que reivindicam permanecer com o benefício da desoneração (a proposta original prevê 3 setores.

Segundo o Blog do Camarotti, diante disso, o governo aceitou aprovar o texto de Orlando Silva, deixando para vetar alguns trechos quando a proposta for a sanção.

Copom sinaliza que um novo corte de juros na próxima reunião é 'apropriado'

22/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa básica de juros, a Selic, em 0,25 ponto porcentual, de 6,75% para 6,50% ao ano. O corte foi o 12º consecutivo e a Selic está atualmente no nível mais baixo da série histórica, iniciada em junho de 1996. O comunicado divulgado após a decisão indica que o afrouxamento monetário deve continuar.

Com a redução de 0,25 ponto da Selic, o Banco Central deu continuidade ao processo de desaperto da política monetária, como vinha sinalizando em suas comunicações. Nesse ciclo que começou em outubro de 2016, o juro já caiu 7,75 pontos. Quando os cortes começaram, a taxa estava em 14,25%.

A decisão desta quarta-feira, 21, era largamente esperada pelos economistas do mercado financeiro. De um total de 65 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast, 59 esperavam que a taxa básica de juros cairia para 6,5%, enquanto seis apostavam em manutenção no nível atual.

No comunicado que acompanhou a decisão, a instituição defende que um novo corte na próxima reunião é apropriado.

“Para a próxima reunião, o Comitê vê, neste momento, como apropriada uma flexibilização monetária moderada adicional”. No documento, o Copom diz que “este estímulo adicional mitiga o risco de postergação da convergência da inflação rumo às metas”.

No documento, o BC também atualizou suas projeções para a inflação. No cenário de mercado – que utiliza expectativas para câmbio e juros do mercado financeiro –, o BC alterou sua projeção para o IPCA em 2018 de 4,2% para 3,8%. No caso de 2019, a expectativa foi de 4,2% para 4,1%. Esse cenário supõe trajetória de juros que encerra 2018 em 6,5% e 2019 em 8,0%.

Para o BC, a atividade econômica está em “recuperação consistente”, mas a inflação tem sido menor que o esperado pelo Banco Central. A avaliação consta do comunicado divulgado após o corte do juro básico da economia para 6,50%. No documento, o Copom sinalizou que um novo corte do juro deve ser anunciado na próxima reunião, em maio.

No comunicado, o BC diz que “o conjunto dos indicadores de atividade econômica mostra recuperação consistente da economia brasileira”. Apesar da reação da economia, os preços não têm aumentado como o esperado.

“O cenário básico para a inflação evoluiu de forma mais benigna que o esperado neste início de ano”, cita o documento.

O Copom ressalta que a trajetória dos preços “permanece favorável, com diversas medidas de inflação subjacente em níveis baixos”. Esse comportamento positivo dos preços ocorre, destaca o BC, inclusive “nos componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária”.

Sobre o cenário externo, o comunicado do BC diz que o ambiente tem se mostrado favorável. O argumento do BC é que a atividade econômica cresce globalmente. “Isso tem contribuído, até o momento, para manter o apetite ao risco em relação a economias emergentes”, cita o documento.

Fatores de risco

O Copom ressaltou no comunicado que o cenário econômico continua oferecendo “fatores de risco em ambas as direções” para a política monetária brasileira.

No comunicado, o Banco Central cita como primeiro risco a possibilidade de propagação, por mecanismos inerciais, “do nível baixo de inflação”. Esse fenômeno poderia resultar em trajetória da inflação abaixo do esperado.

Outro risco mencionado é a frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira. Sem mencionar a retirada da reforma da Previdência da pauta do Congresso, o BC diz que essa frustração “pode afetar prêmios de risco e elevar a trajetória da inflação no horizonte relevante para a política monetária”.

Os dois riscos internos poderiam ser intensificados em caso de confirmação do terceiro risco mencionado. Para o BC, a outra possibilidade a ser monitorada é a chance de reversão do “corrente cenário externo favorável para economias emergentes”.

Segundo o BC, a redução do juro básico da economia em 0,25 ponto porcentual, para 6,50%, é um movimento “compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante para a condução da política monetária”.

No comunicado, o Banco Central diz que o horizonte relevante para a política monetária inclui o ano de 2018 e com “peso gradualmente crescente” também o ano de 2019.

Temer comemora Copom e diz: ‘Minha política econômica está fazendo história’

22/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente Michel Temer usou as redes sociais nesta noite de quarta-feira, 21, para comentar a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que baixou a taxa básica de juros de 6,75% ao ano para 6,5% ao ano, e disse que com isso seu governo vai entrar para a história.

“A minha política econômica está fazendo história. A taxa básica de juros, a Selic, é a menor já registrada, 6,5%, conforme decisão do Copom, hoje”, escreveu. “E graças à inflação que continua baixando. O resultado é mais investimentos das empresas, mais empregos e maior consumo das famílias”, completou.

Temer, que disse que uma eventual candidatura à reeleição “não é improvável” e admitiu ontem a empresários que avalia disputar mais um mandato, tem reforçado o discurso de que foram as suas políticas econômicas que tiraram o País da recessão.

Taxa extra na conta de luz não reduz consumo

22/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que a inclusão das bandeiras tarifárias na conta de luz, que aumentam o preço da energia conforme a falta de chuvas, não tem cumprido sua missão básica: inibir o consumo. Antes disso, o que de fato tem ocorrido é o aumento da arrecadação do setor.

A hipótese já tinha sido levantada pela área técnica do tribunal no ano passado, quando decidiu analisar a cobrança extra. Pelas regras atuais, há quatro bandeiras em vigor. Na bandeira verde, não há taxa extra. A amarela custa R\$ 2,00 para cada 100 quilowatts (kWh) consumidos. Esse valor sobe para R\$ 3 na bandeira vermelha “patamar 1” e para R\$ 3,50 na bandeira vermelha “patamar 2”.

O volume arrecadado pelos adicionais, desde o início da implantação do sistema, em 2015, até fevereiro de 2018, somou cerca de R\$ 21,6 bilhões, segundo o tribunal. Na avaliação do TCU, embora os recursos tenham permitido um melhor equilíbrio de contas das distribuidoras de energia, há um “desvirtuamento do objetivo principal das bandeiras”, situação que recai sobre a responsabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Nessa quarta-feira, 21, o ministro relator do processo, Aroldo Cedraz, confirmou o que já se imaginava.

“Verificou-se que as bandeiras tarifárias não estão alcançando o relevante objetivo de provocar consumo consciente de energia nos períodos em que a geração está mais cara, estando elas, na verdade, assumindo um papel cada vez mais importante de antecipar receitas para evitar um acúmulo de custos para as distribuidoras de energia, deixando em segundo plano a preanunciada intenção de atuar como sinalizador para redução de consumo”, disse Cedraz.

A Corte de contas deu prazo de 180 dias para que o Ministério de Minas e Energia e a Aneel façam um “realinhamento” das bandeiras aos “reais objetivos almejados” com a cobrança extra.

O TCU também deu prazo de 30 dias para que a Aneel, em articulação com o Operador Nacional do Sistema (ONS) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), publique relatórios mensais com informações detalhadas sobre as bandeiras, com transparência para o cidadão.

Para além de dar um “sinal de preço” ao consumidor, as bandeiras passaram a cobrir os rombos financeiros causados pelo “risco hidrológico”.

“Essa alteração de foco tem como uma de suas prováveis causas, a meu ver, a falta de priorização, por parte do órgão regulador, da finalidade sinalizadora desse mecanismo de reação da demanda, cujo alcance nem, sequer vem sendo monitorado”, disse Cedraz.

CNI alerta para peso de tributos e encargos no setor elétrico

22/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade, disse nesta quarta-feira, 21, que os empresários devem estar atentos às discussões sobre o setor elétrico em curso no Congresso Nacional, para evitar criação de novos tributos sobre a conta de luz. Hoje, os impostos, taxas e encargos respondem por 45% do valor da conta.

“No passado recente, em quase todas as mudanças setoriais aprovadas no Congresso Nacional, foram sancionadas novas taxas ou encargos sobre a conta de luz”, afirmou, durante a abertura do seminário “Setor Elétrico: Enfrentando os Desafios”, promovido na sede da entidade. “Todos esses tributos foram criados com bons propósitos e com argumentos defensáveis, em sua forma individual, mas não em seu conjunto.”

O peso dessas obrigações é hoje um entrave aos novos investimentos e tema “fundamental” para a competitividade do setor produtivo brasileiro, afirmou.

O presidente da CNI defendeu a privatização da Eletrobras. “Uma das razões será receber investimentos necessários sem as amarras do controle público e com a agilidade do setor privado”, disse. “A privatização também avança na direção de libertar a empresa de possíveis ingerências políticas, que tantos prejuízos já causaram ao Brasil.”

22/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

O patrimônio líquido total em disputa supera os R\$ 8 bilhões



Benjamin Steinbruch, presidente da CSN, do grupo Vicunha - Greg Salibian - 6.mai.17/Folhapress

Um conflito entre dois ramos da família Steinbruch virou ação judicial que pede a venda de todas as empresas do grupo Vicunha: a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), a Vicunha Têxtil, o Banco Fibra, fazendas e uma securitizadora, entre outros.

O patrimônio líquido total em disputa supera os R\$ 8 bilhões, e a receita anual conjunta em 2016 ficou acima de R\$ 20 bilhões.

A ação, que foi impetrada nesta quarta (21), é movida pela CFL Participações, holding de Leo e Clarice Steinbruch, primos de Benjamin, que é presidente da CSN e colunista da Folha.

Leo e Clarice são minoritários nas empresas e tomaram a decisão de ir à Justiça depois de terem sido excluídos da administração do grupo têxtil e do siderúrgico, em janeiro, e do patrimônio imobiliário, na segunda (19), de acordo com o advogado Ricardo Tepedino, do escritório Tepedino, Migliore, Berezowski e Poppa.

A ação é movida contra a holding Rio Purus, dos irmãos Benjamin, Ricardo e Elisabeth. Procurado, o advogado da Rio Purus, Paulo Lazzareschi, afirmou não poder se manifestar porque ainda não tinha conhecimento dos termos da ação.

As empresas em disputa foram constituídas pelos irmãos Mendel (pai de Benjamin, Ricardo e Elisabeth) e Eliezer Steinbruch (pai de Leo, Clarice e Fabio, já morto).

Em 1994, Mendel e Eliezer fizeram um contrato para regular a relação dos dois, assinado também pelos seis filhos herdeiros.

De acordo com Tepedino, o acordo estabelecia que 60% da Vicunha e da CSN seriam propriedade de Mendel, e 40%, de Eliezer.

Nos demais negócios, a divisão seria de 55% para Mendel e 45% para Eliezer.

Após a morte dos patriarcas, em 1994 e 2008 respectivamente, houve várias tentativas de acordo para separar o patrimônio, sem sucesso.

"A situação de convívio se deteriorou, e a Rio Purus passou a desrespeitar todas as regras de governança que constavam do contrato de 1994", afirma Tepedino.

Na ação, que corre na 2ª Vara Empresarial de São Paulo, a CFL pede que o contrato seja desfeito, fique extinta a união do patrimônio dos dois ramos da família e os bens sejam todos vendidos em leilão.

O resultado seria dividido conforme os percentuais estabelecidos pelos dois patriarcas.

Um pedido subsidiário, caso o juiz não concorde com a venda, é que as holdings sejam dissolvidas e as ações das empresas sejam distribuídas para os herdeiros, na mesma proporção.

Neste caso, por exemplo, 29,5% das ações da CSN ficariam com Benjamin, Ricardo e Elisabeth, já que 49,21% das ações da siderúrgica pertencem à Vicunha Aços.

Os outros 40% da fatia que é hoje do grupo Vicunha (ou 19,7% das ações da CSN) iriam para Léo e Clarice.

A ação não pede medidas contra o afastamento dos herdeiros de Eliezer da administração das empresas. "Vamos discutir isso num segundo passo", afirma o advogado da CFL.

Temer: Casa Branca diz que novas tarifas não se aplicarão durante conversas

22/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente Michel Temer disse nesta quarta-feira, 21, em discurso de abertura da 47ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que recebeu a informação do governo norte-americano de que a sobretaxa de 25% sobre produtos siderúrgicos não será aplicada enquanto as conversações não forem concluídas.

"Soube agora de uma declaração da Casa Branca de que o Brasil é um dos países que começarão as negociações, que visam a eventuais exceções das tarifas de importação do aço e alumínio", disse Temer.

Segundo o presidente, a mensagem do governo de Donald Trump é que as taxas não serão aplicadas enquanto as conversações não forem concluídas. "Portanto, uma boa notícia", declarou o presidente.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, também destacou a decisão no início de sua fala e afirmou que ficava feliz com a notícia. Segundo Meirelles, na terça-feira, 20, ele teve um "diálogo sério, profundo, direto e cordial" com os secretários norte-americanos e expôs as razões que justificariam liberar o Brasil da taxaço.

"Uma sobretaxa no aço brasileiro vai em certas circunstâncias prejudicar o preço do aço americano, a indústria americana e o consumidor americano", disse Meirelles, explicando que a indústria dos EUA utiliza aço produzido no Brasil.

Meirelles disse que apontou com dados aos americanos que "não faz sentido" a taxaço no caso brasileiro. "Não há nenhum indício de prática anticompetitiva (por parte do Brasil)", afirmou.

Padilha confirma que tarifas para aço estão suspensas durante negociação

22/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou que o presidente Michel Temer foi informado oficialmente sobre a suspensão da sobretaxa norte-americana de 25% sobre produtos siderúrgicos enquanto Brasil e Estados Unidos estiverem em negociação sobre o tema.

"O embaixador Sergio Amaral mandou aquela mensagem, que foi recebida pelo ministro Aloysio Nunes Ferreira, que passou para o presidente Michel Temer, dizendo que com o Brasil a negociação do aço estava iniciada e enquanto houver a negociação não serão implementadas aquelas restrições que foram originariamente estabelecidas", disse Padilha, após reunião do Conselho de Desenvolvimento

Econômico e Social (CDES). Segundo o ministro, o comunicado de Sergio Amaral foi oficial. "Vale o que foi comunicado pelo embaixador", disse.

Mais cedo, em discurso de abertura da reunião do Conselho, Temer afirmou que havia recebido uma notícia da suspensão temporária enquanto as negociações estivessem em andamento.

"Soube agora de uma declaração da Casa Branca de que o Brasil é um dos países que começarão as negociações, que visam a eventuais exceções das tarifas de importação do aço e alumínio", disse Temer. Segundo o presidente, a mensagem do governo de Donald Trump é que as taxas não serão aplicadas enquanto as conversações não forem concluídas. "Portanto, uma boa notícia", declarou o presidente.

Apesar da declaração de Temer e de Padilha, o representante de Comércio dos Estados Unidos, Robert Lighthizer, afirmou nesta quarta-feira que o governo do presidente Donald Trump espera dialogar "em breve" com o Brasil sobre uma possível isenção nas tarifas à importação de aço e alumínio, que entram em vigor nesta semana.

Fala de Temer sobre o aço não tem base oficial

22/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Governo americano não enviou nenhuma comunicação oficial à embaixada do Brasil em Washington



O presidente Michel Temer anunciou que os Estados Unidos iriam suspender as sobretaxas sobre o aço brasileiro sem ter recebido uma confirmação oficial do governo americano.

Na tarde desta quarta-feira, Temer anunciou em reunião do Conselho que estava lendo uma mensagem da Casa Branca e que o Brasil teria as tarifas suspensas enquanto estivesse em negociação com a Casa Branca sobre o tema.

"Estou lendo agora uma declaração feita pela Casa Branca de que o Brasil é um dos países pelos quais começarão as negociações visando a eventuais exceções as tarifas de importação de aço e alumínio", disse Temer.

"As novas tarifas, mensagem da Casa Branca, não se aplicarão enquanto estivermos em negociação. Uma boa notícia", disse o presidente.

No entanto, não houve nenhuma mensagem da Casa Branca garantindo que o Brasil estará entre os países que terão as tarifas suspensas enquanto se negocia, embora o governo americano afirme que o país tem boas condições e que irá negociar.

O governo americano havia anunciado anteriormente que as tarifas de 25% sobre o aço e 10% sobre o alumínio entrariam em vigor nesta sexta-feira (23), e os únicos países que haviam recebido isenção eram México e Canadá.

Em entrevista, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou que Temer havia recebido uma comunicação oficial do governo americano informando a suspensão.

"O embaixador Sérgio Amaral que mandou aquela mensagem, que foi recebida pelo ministro Aloysio Nunes Ferreira, que passou para o presidente Michel Temer, dizendo que, com o Brasil, a negociação do aço estava iniciada e, enquanto houver a negociação, não serão implementadas aquelas restrições que foram originariamente estabelecidas", afirmou o ministro Padilha.

SEM COMUNICAÇÃO

A **Folha** apurou que o governo americano não enviou nenhuma comunicação oficial à embaixada do Brasil em Washington, que, por sua vez, não a repassou ao ministro Aloysio Nunes.

A única declaração oficial consta do depoimento do representante de comércio dos EUA (USTR), Robert Lighthizer, durante audiência no Congresso americano na tarde desta quarta-feira hoje. Ele não afirmou que o Brasil estava entre os países que teriam a aplicação das tarifas suspensa enquanto negociam com os EUA, até dia 30 de abril. Lighthizer disse apenas que Canadá e México estavam excluídos, enquanto se renegocia o Nafta.

Disse que o país estava em negociações (sobre possível exclusão da tarifa) com a Argentina, União Europeia e Austrália, e que "em breve começaremos a falar com o Brasil". Depois, ele afirmou que "alguns países", sem especificar quais, estarão "em um a posição em que as tarifas não serão aplicadas sobre eles enquanto estiverem em curso as negociações".

Posteriormente, na audiência, ele afirmou que o Brasil era um exemplo "inusual" e "único" porque exportava, na maioria, aço semi-acabado para os EUA, e que o escritório de comércio iria levar isso em consideração. Depois, ele afirmou que existem características que fazem do Brasil um caso único, mas que a decisão depende do presidente Donald Trump.

O Brasil exporta US\$ 2,6 bilhões em aço para os Estados Unidos. O país é o maior importador de aço brasileiro.

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) emitiu nota comemorando a fala de Lighthizer por abrir possibilidade de negociação.

Segundo a nota, o ministro Marcos Jorge acredita que o gesto pode ser interpretado como um sinal positivo por parte governo norte-americano no sentido de evitar a imposição de sobretaxas.

"O governo brasileiro tem feito diversas gestões com os Estados Unidos, a fim de demonstrar que as suas exportações de aço e alumínio para aquele mercado não representam risco à segurança nacional daquele país. O ministro reforça que espera um desfecho positivo, no qual o Brasil não seja indevidamente atingido por restrições comerciais."

MDIC: gesto dos EUA é sinal positivo para evitar sobretaxa do aço

22/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) emitiu nesta quarta-feira, 21, uma nota afirmando que acredita em um "desfecho positivo" para as negociações entre o governo norte-americano e o brasileiro a respeito da sobretaxa de 25% do aço e 10% do alumínio que passará a vigorar a partir do dia 23.

"O ministro (Marcos Jorge) reforça que espera um desfecho positivo, no qual o Brasil não seja indevidamente atingido por restrições comerciais".

O ministério reitera a fala do presidente Michel Temer mais cedo de que teve a informação de que enquanto as negociações acontecerem as sobretaxas não seriam aplicadas. Segundo a nota oficial do MDIC, a pasta recebeu "bem" as declarações feitas pelo representante comercial dos Estados Unidos, Robert Lighthizer.

"Em sua fala hoje pela manhã, amplamente divulgada pela imprensa internacional, Lighthizer disse que a administração do presidente Donald Trump avalia a não aplicação das sobretaxas às importações de produtos siderúrgicos e de alumínio, durante o período de contatos bilaterais com determinados países, inclusive o Brasil", diz o texto.

A nota ressalta ainda que, na avaliação do ministro Marcos Jorge, o gesto de Lighthizer "pode ser interpretado como um sinal positivo por parte governo norte-americano no sentido de evitar a imposição de sobretaxas".

"O governo brasileiro tem feito diversas gestões com os Estados Unidos, a fim de demonstrar que as suas exportações de aço e alumínio para aquele mercado não representam risco à segurança nacional daquele país", afirma o MDIC.

CNI comemora notícia de que Brasil poderá ficar fora da sobretaxa do aço

22/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), disse nesta quarta-feira, 21, que a notícia de que o Brasil poderia ficar fora da sobretaxa do aço enquanto são feitas negociações é "muito positiva".

"Vamos ter que nos preparar para mostrar que o aço brasileiro ajuda a indústria americana, porque é matéria-prima para eles", afirmou, após participar de reunião do Conselho Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Mais cedo, o presidente Michel Temer disse que recebeu a informação do governo norte-americano de que a sobretaxa de 25% sobre produtos siderúrgicos não será aplicada enquanto as conversações não forem concluídas.

"Soube agora de uma declaração da Casa Branca de que o Brasil é um dos países que começarão as negociações, que visam a eventuais exceções das tarifas de importação do aço e alumínio", disse Temer.

Segundo o presidente, a mensagem do governo de Donald Trump é que as taxas não serão aplicadas enquanto as conversações não forem concluídas. "Portanto, uma boa notícia", declarou o presidente.

Estudo indica que medida levaria Brasil a perder US\$ 1,3 bi por ano em exportações

22/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

No ano passado, o país exportou US\$ 2,6 bilhões em aço para os EUA

Estudo realizado pela Camex indica que, caso a tarifa americana de 25% sobre o aço entre em vigor, o Brasil pode perder cerca de US\$ 1,3 bilhão em exportações por ano.

No ano passado, o país exportou US\$ 2,6 bilhões em aço para os EUA, que é o principal mercado para o Brasil, absorvendo um terço das vendas. Segundo estimativa da Camex, haveria impacto sobre 52% a 53% das exportações siderúrgicas para os Estados Unidos.

Canadá e México, concorrentes do Brasil, estarão isentos da tarifa, pelo menos enquanto se renegocia o Nafta. A Coreia do Sul, outro grande concorrente, pode acabar excluída, por conta da parceria com os EUA nas negociações pelo desarmamento da Coreia do Norte e da renegociação do acordo comercial que o país mantém com os americanos.

Com isso, o Brasil estaria em ampla desvantagem diante de seus principais concorrentes.

Mas, na visão de autoridades e especialistas que acompanham a negociação, há bastante espaço de manobra para o Brasil conseguir reduzir o impacto das barreiras. A percepção é de que a medida é característica do governo Trump. "É a tática do bate e assopra, anuncia medida dura, aí cria espaço para negociação", diz Diego Bonomo, gerente executivo de assuntos internacionais da CNI.

Espera-se que o governo americano demande do Brasil apoio no endurecimento contra a China, em relação ao excesso de capacidade de produção de aço. O Brasil não teria problemas em relação a essa exigência.

Outra demanda que se espera da Casa Branca é a chamada "restrição voluntária de exportação", pela qual o Brasil se comprometeria a limitar suas vendas para o país ao volume exportado em um determinado ano.

Na visão de um especialista, se o Brasil conseguir que a restrição atinja apenas os produtos siderúrgicos, a minoria da exportação brasileira, e poupe os semi-acabados, já será uma vitória.

O país também pode barganhar com concessões em produtos de interesse dos EUA - maior abertura para importação de trigo de fora do Mercosul e remoção da tarifa sobre etanol importado.

O setor privado continua fazendo gestões junto às indústrias americanas que importam aço brasileiro, como as de eletrodomésticos e automóveis. Elas devem entrar com pedidos no Departamento de Comércio argumentando que as tarifas podem encarecer o produto final e que não há substitutos nacionais em quantidade ou qualidade suficientes.

Mas esse processo será burocrático e moroso, pode levar até 90 dias.

A declaração do representante de comércio, Robert Lighthizer, em audiência no Congresso, foi recebida com otimismo. Os países terão até dia 30 de abril para "apresentar seus casos" para o governo americano e tentar ser excluídos, em parte ou totalmente, das barreiras. Alguns países, possivelmente o Brasil, podem ter as tarifas suspensas enquanto negociam.

Mas observadores criticam a demora do presidente Temer para telefonar para o presidente Donald Trump. Vários outros líderes já ligaram para o americano, cientes de que Trump é bastante suscetível à diplomacia presidencial e que critérios técnicos podem importar menos.

Já existem "talking points" para Temer, discutidos com a indústria em encontro com o presidente: impacto sobre as importações brasileiras de carvão americano, de US\$ 1 bi, o Brasil ser um dos principais investidores nos EUA, inclusive no setor siderúrgico, e o país acumular déficits com os americanos.

É preciso acelerar a negociação, dizem especialistas. "A Austrália, União Europeia e Argentina estão em estágio avançado de negociações para exclusão das tarifas, o Brasil teve ao menos o reconhecimento de que começou a negociar", diz Pablo Bentes, diretor-executivo do escritório de advocacia Steptoe & Johnson, em Washington.

Empresas dos EUA pedem isenção ao Brasil

22/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Pelo menos duas grandes consumidoras do aço nacional devem entrar em breve com o pedido



Caminhão sendo carregado de bobinas de aço em Indiana (EUA) - Scott Olson/Getty Images/AFP

Enquanto o governo brasileiro negocia com os Estados Unidos uma isenção da tarifa sobre o aço, siderúrgicas americanas e que compram o aço importado estão recorrendo ao Departamento do Comércio para pedir exclusões das sobretaxas --numa segunda via para retirar o Brasil da medida.

Pelo menos duas grandes consumidoras do aço nacional devem entrar em breve com o pedido: a Vallourec, que tem uma subsidiária no Brasil, e a California Steel.

As empresas ainda estudam como farão a petição, que é considerada extensa e complexa. É necessário fazer um pedido específico para cada item importado, de cada país fornecedor. O prazo foi aberto nesta semana.

Mesmo assim, o recurso é considerado essencial. O principal argumento é que o aço importado, em especial o brasileiro, complementa a produção americana.

"É preciso fazer um ajuste fino nessa medida. Do contrário, o remédio vira veneno", afirmou à Folha o empresário Marcelo Botelho, presidente da California Steel.

A empresa, uma das maiores siderúrgicas da costa oeste dos EUA, importa 96% do insumo --cerca de metade dela vem do Brasil, assim como do México e Japão.

Seus clientes são americanos, entre indústrias de construção civil e fabricantes de equipamentos agrícolas e ar-condicionado. O diretor da California Steel é brasileiro, já trabalhou para a Vale (que é uma das acionistas da empresa) e assumiu a presidência da companhia americana há cerca de dois anos.

Ele nega qualquer tipo de protecionismo ao aço brasileiro. O processo de avaliação no Departamento de Comércio dura 90 dias. Nesse período, as companhias devem assumir o custo extra ""e se preocupam por quanto tempo conseguirão se manter.

Desde que o presidente Donald Trump anunciou a medida, no início deste mês, o preço do aço nos Estados Unidos aumentou entre 10% e 20%.

Indústria considera um "alívio" suspensão de sobretaxa do aço pelos EUA

22/03/2018 – Fonte: Agência Brasil

A Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp) considera "um alívio" a informação de que o governo norte-americano negociará com o Brasil nova tarifa para importação de aço e alumínio. A tarifa entraria em vigor nesta sexta-feira (23).

"Foi bom. É um alívio e é a confirmação de que o bom senso prevaleceu. Principalmente em um momento de recuperação econômica, é importante para as

siderúrgicas brasileiras que não haja interrupções. Temos de aguardar as negociações”, afirmou Thomaz Zanotto, diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derex) da Fiesp.

Zanotto acrescentou que o setor empresarial estava preocupado, pois a mudança traria prejuízo para a siderurgia brasileira, mas também para a dos Estados Unidos. “O aço brasileiro é insumo para a siderurgia norte-americana, a maior parte do que é exportado.”

O diretor da Fiesp disse acreditar que a negociação deve caminhar para uma aplicação de cotas de acordo com o histórico de exportação do país. “É o sistema de cotas baseado numa média aritmética, por exemplo, de desembarques feitos nos últimos dois ou três anos. Isso ainda vai ser negociado”, declarou.

O presidente da Associação Brasil de Alumínio (Abal), Milton Rego, considerou um “alento” a notícia da negociação sobre o aço. “Depois de um início muito tumultuado, vemos isso com otimismo. Entendemos que possa ter um desfecho mais favorável.”

Para Milton Rego, o melhor cenário seria que o Brasil fosse tratado como exceção e que seu aço e alumínio não fossem sobretaxados.

“A indústria brasileira não compete com a americana, tanto do ponto de vista de aço – já que o que a gente exporta é um produto que vai entrar na indústria siderúrgica – , quanto no do alumínio, que a gente exporta o produto final.

Nossa indústria não causa dano à norte-americana, no sentido de ter algum tipo de relação com a perda de competitividade”, explicou.

“Nossa exportação de alumínio para os Estados Unidos não é tão relevante. Estamos entre a 8ª e a 10ª fonte de produto para o país. Então, não é muito. Por outro lado, os Estados Unidos são o principal destino de exportação de manufaturados de alumínio. Nesse sentido, é muito importante”, disse sobre o impacto das exportações no país.

Tesla negocia com grupo israelense de inteligência artificial Cortica

22/03/2018 – Fonte: Auto Esporte

Empresa é especializada em ajudar carros autônomos a identificar melhor as movimentações do entorno.

O bilionário do Vale do Silício Elon Musk, presidente da Tesla, esteve em Israel para discutir uma colaboração entre a montadora e a empresa de inteligência artificial Cortica, informou o site de notícias financeiras Globes na última terça-feira (20).

Musk tem postado fotos e vídeos em Jerusalém nos últimos dias.

As discussões com a Cortica podem levar a um investimento ou, até mesmo, uma aquisição, disse o Globes. A empresa não comentou o assunto.

A Cortica diz que sua tecnologia permite que carros autônomos identifiquem partes móveis em seu ambiente e tomem decisões informadas, até mesmo prevendo mudanças que possam ocorrer em seu entorno.

A imprevisibilidade do comportamento de motoristas e pedestres no trânsito tem sido um dos principais obstáculos para o desenvolvimento dos veículos que rodam sozinhos.

No último domingo (18), um carro autônomo de teste da Uber atropelou e matou uma mulher que, segundo a polícia, atravessou fora da faixa nos Estados Unidos.

A Cortica arrecadou quase US\$ 70 milhões desde que foi fundada, em 2007. Os investidores incluem a Horizons Ventures, sediada em Hong Kong, e a Mail.ru Group, da Rússia, de acordo com o Start-Up National Central.

A Tesla colaborou anteriormente com a empresa israelense Mobileye, mas as companhias se separaram em 2016, após um acidente fatal envolvendo um Tesla Model S usando o Autopilot, um sistema semi-automatizado projetado para auxiliar na direção, mas não para substituir o motorista.

A Intel adquiriu a Mobileye no ano passado por US\$ 15,3 bilhões.

Meritor entra para o mercado de oficina autorizada no Brasil

22/03/2018 – Fonte: Automotive Business

A **Meritor** ingressa no mercado de **oficina autorizada** no Brasil com a inauguração de seu primeiro posto de serviço, localizado em Santana do Parnaíba, no interior paulista. A iniciativa nasceu a partir de uma parceria com a Mundial Transmissões, empresa do Grupo Vannuci, fabricante e distribuidor de peças para caminhões, ônibus e carretas, e que passa a fazer a manutenção de eixos diferenciais e os componentes da marca para veículos comerciais pesados, com serviço certificado pela própria Meritor.

O novo posto faz parte da estratégia da empresa em criar uma rede de atendimento e manutenção e expandi-la no longo prazo em regiões estratégicas no País. Esta é a primeira unidade no Brasil, mas é a segunda na América do Sul: em outubro passado, um posto de assistência técnica da Meritor foi aberto em Santiago, no Chile, também a partir de uma parceria. Neste caso, a empresa se aliou a Star Clutch, que também passou a prestar serviços de manutenção para os produtos e componentes da marca.

De acordo com o gerente de marketing e aftermarket da Meritor, Luis Marques, os técnicos das oficinas autorizadas participam de treinamentos frequentes e os postos passam por auditorias regulares realizadas pela própria Meritor. “São vantagens que proporcionam mais credibilidade ao estabelecimento”, comenta.

Volkswagen lança motor gasolina mais econômico que diesel

22/03/2018 – Fonte: Automotive Business



Combinação de tecnologias faz consumo de novo Golf 1.5 TSI ACT chegar a 25 km/l

A **Volkswagen** lançou um motor a gasolina que, pela primeira vez, supera em economia o equivalente a diesel. Trata-se do 1.5 TSI ACT, que inicialmente vai equipar versões BlueMotion da linha Golf na Europa, mas no futuro breve será inserido em outros modelos e mercados.

Segundo medições da montadora, em ciclo misto cidade/estrada o consumo apurado do carro com o novo motor foi de apenas 4,8 litros de gasolina a cada 100 km percorridos, ou 20,8 km/l. A medição NEDC em ciclo extraurbano é ainda melhor: 4

l/100 km, ou impressionantes 25 km/l. Para atingir resultados de eficiência tão altos, a Volkswagen combinou uma série de tecnologias: ciclo de combustão miller, turbocompressor de geometria variável, desativamento de cilindros e desligamento momentâneo do motor em situação de movimento inercial.

Segundo a fabricante, apesar da introdução de diversos periféricos tecnológicos para favorecer a economia, o motor ainda permanece significativamente mais barato do que um equivalente a diesel, com a vantagem de usar dispositivos de contenção de gases poluentes de custo muito menor do que os atuais Euro 6 na Europa. O 1.5 TSI ACT, turbinado e com injeção direta, gera espertos 130 cavalos e é combinado ao câmbio automático DSG de dupla embreagem e sete marchas.

Sem contar com as demais ajudas tecnológicas, por si só o ciclo miller de combustão já torna o motor cerca de 10% mais econômico do que um similar ciclo otto, de acordo com a Volkswagen.

Isso porque as válvulas de admissão de combustível no cilindro abrem por menos tempo e fecham um pouco mais cedo, enquanto o pistão ainda está descendo, o que economiza gasolina. Essa operação torna-se ainda mais eficiente com a aplicação do turbocompressor de geometria variável (VTG, na sigla em inglês), que mantém a pressão de alimentação sempre alta em uma ampla faixa de rotações.

Em paralelo, outras duas tecnologias foram introduzidas no motor 1.5 TSI ACT para reduzir o consumo em certas condições de uso. Uma delas é o Active Cylinder Management (a sigla ACT), que desativa automaticamente dois dos quatro cilindros quando a demanda por potência é reduzida (em uma reta que exige pouca aceleração, por exemplo), operando entre 1.400 e 4.000 rpm e em velocidades de até 130 km/h.

O motorista é avisado sobre o desligamento dos cilindros por meio de uma notificação no quadro de instrumentos.

Por fim, o novo motor também é dotado do sistema Eco-Coasting, uma espécie de "banguela" tecnológica, que desliga o motor e desacopla a transmissão quando o carro se move por inércia (em uma leve descida, por exemplo) e não há nenhuma pressão no pedal do acelerador.

É um start-stop que funciona também em movimento. Esse arranjo é conhecido como *mild hybrid*, ou híbrido leve, pois usa uma bateria de lítio de 48 V que alimenta todos os sistemas críticos do veículo, como direção elétrica e freios, enquanto o motor está desligado. A Volkswagen calcula que a utilização do Eco-Coasting por breves períodos economiza quase meio litro de combustível a cada 100 km rodados.